

## EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO-BA: ENTRE TENSÕES E PROPOSIÇÕES

**Odair Ledo Neves**

Mestrando em Educação do Campo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).  
Professor da rede municipal de Serra do Ramalho-BA. [odairln@yahoo.com.br](mailto:odairln@yahoo.com.br)

**Débora Alves Feitosa**

Doutora em Educação. Professora Adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
(UFRB). [deborafeitosa@ufrb.edu.br](mailto:deborafeitosa@ufrb.edu.br)

### Resumo:

Este artigo apresenta uma pesquisa em andamento, realizada no município de Serra do Ramalho-BA, que nesta etapa teve como objetivo analisar como a Educação do Campo está organizada em nível de município (coloque o objetivo geral da pesquisa). Trata-se de uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, que faz uso da entrevista semiestruturada. O artigo aponta aspectos sociais, históricos e culturais de Serra do Ramalho, conclui-se que mesmo o município sendo um espaço eminentemente rural, em que a maioria das escolas estão situadas no campo, o mesmo não apresenta uma proposta para a Educação do Campo e os apontamentos a este respeito estão sendo tencionados nas propostas da gestão municipal.

**Palavras chave:** Educação do Campo; Diversidade; Currículo.

### Introdução

A Educação do Campo no Brasil é marcada pela prática de negação ao longo da história da educação brasileira. Desde os primeiros momentos de escolarizações do povo brasileiro o campo foi negado enquanto espaço de vida de sujeitos que construíram e constroem essa nação. Pois, a escola no Brasil, durante muitos anos foi ofertada para poucos e a população residente no campo sempre ficou à margem dessas escolas.

Fruto desta negação e em virtude da visão distorcida de campo que foi construída no país, durante os anos de 1930, de que o campo era lugar do atraso, da pobreza, das pessoas sem cultura, enquanto a cidade era o espaço de qualidade de vida e junto a esse espaço a escola urbana se torna o padrão de qualidade e de referência educacional. Assim, as escolas rurais seriam as sobras das escolas urbanas, desde os materiais didáticos, livros, infraestrutura, professores sem formação, difícil acesso, como também deveria seguir o modelo curricular urbanocêntrico.

Assim, podemos pontuar que as reivindicações para uma Educação do Campo faz parte de um processo histórico, que reflete a negação que vive um segmento da população do campo. Apesar das lutas e resistência do povo camponês somente na década de 90, que as

lutas por Educação do Campo ganham força no sentido de pensar uma educação que respeite as formas de vida, a identidade cultural e social dos povos do campo.

Assim sendo, sem se prender ao processo histórico, mas tomando-o como ponto de reflexão, este artigo discute o contexto do município de Serra do Ramalho-BA, espaço eminentemente rural, marcado pela diversidade de sujeitos e de cultura, em que se busca analisar como a Educação do Campo está organizada nesse município, a partir de dados coletas em entrevista com a secretária de educação do município.

### **O contexto social, histórico e cultural de Serra do Ramalho**

O município de Serra do Ramalho foi fundado em 1975 por meio do Projeto Especial de Colonização– PEC-SR com o objetivo de reassentar cerca de 4.000 famílias que viviam na zona rural dos municípios atingidos pela construção da barragem de Sobradinho, mas acabou por abrigar sem terras de várias partes do país, fato constatado por Ely Estrela (2004) em sua tese de doutorado ao descrever o deslocamento que deu origem a população de Serra do Ramalho, “há em Serra do Ramalho uma polifonia, podendo se diferenciar três grupos de vozes: a dos originários da área que ficou submersa pela Represa de Sobradinho, a dos antigos moradores de Serra do Ramalho e a dos indivíduos que vieram de outros recantos da Bahia, bem como do Nordeste” (ESTRELA, 2004, p.19).

Assim sendo, o município de Serra do Ramalho possui uma diversidade cultural, em que o principal motivo está em sua formação, pois, não só abrigou pessoas atingidas pela barragem de Sobradinho, como também de outros municípios baiano e de outros estados como Paraíba, Pernambuco, Mato Grosso, entre outros. Toda a cultura desse povo se juntou com as que já existiam neste território, em que podemos dizer que a maioria tem os traços dos remanescentes dos quilombos além de uma tribo indígena, distribuídos pelo município: Vargem Alegre (Agrovila 18), Indualha (Agrovila 05), Lagoa Bonita, Capinauá (Agrovila 19) e Pataxó Rã rã rãe (Caldeirão Verde). Vale ressaltar que as margens do Rio São Francisco já eram habitadas por comunidades remanescentes de quilombo.

Ao estudar uma comunidade quilombola de Serra do Ramalho, Shirley Pimentel de Souza (2015) aponta em sua pesquisa que os elementos da organização social já existente, isto é, anterior ao PEC-SR, identidades étnicas e as formas tradicionais de reprodução social e cultural, não foram levadas em consideração no processo de desapropriação das comunidades tradicionais.

Assim, podemos afirmar que a formação desse município impulsionou impactos de diferentes ordens: ambiental, social, econômica, política e cultural ao cotidiano e vida dos desabrigados e dos que ali habitavam, bem como, contribuiu para a diversidade social e cultural em Serra do Ramalho.

No contexto atual, o município apresenta em sua estrutura vinte (20) agrovilas: Agrovila 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, distribuídas em dois (2) eixos: ímpar e par. O único espaço considerado como urbano é a sede do município que fica na Agrovila 09. O município conta também com trinta e um (31) povoados. Assim este extenso território agroextrativista conta com duas comunidades tradicionais reconhecidas como quilombolas: Barreiro Grande e Água Fria. Está localizado à margem esquerda do Rio São Francisco, no Oeste baiano, sua extensão territorial é de 2.593,4 km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 31.638 habitantes, limita-se ao Leste com os municípios de Bom Jesus da Lapa e Malhada, a Oeste com São Felix do Coribe, ao Norte com Bom Jesus da Lapa e Santana e ao Sul com o município de Carinhanha.

O nome Serra do Ramalho é devido à existência de uma serra com 438 m de altura, e Ramalho em homenagem a uma família que habitava a região desde o século XIX e tinha o sobrenome Ramalho. Em 1975 sob a administração do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) os colonos foram assentados. Recebiam uma casa, um lote de vinte (20) hectares, sendo que duas delas estavam prontas para o cultivo e as demais eram mata nativa.

No que se refere aos aspectos socioeconômicos, no município, há uma diversidade de atividades agrícolas, das quais podemos citar os seguintes cultivos: milho, sorgo, feijão de corda, mandioca, pequenas irrigações de tomates, irrigação de pepino, coco, banana, melancia e cebola; a pecuária é representada por pequenos rebanhos de bovino e caprino.

A fonte de renda do município está centrada nas seguintes atividades: agricultura, pecuária, comércio, aposentadorias, serviços autônomos e públicos.

Analisando a geografia do município, a cultura, forma de vida e relação com a natureza é correto afirmar que se trata de um município rural, fato confirmado pelos dados do IBGE, censo demográfico de 2010 que demonstra que 80% da população de Serra do Ramalho reside em área rural.

Anos	Total da População	Total de Homens	Total de Mulheres	Total da População	Total da População
------	--------------------	-----------------	-------------------	--------------------	--------------------



				Urbana	Rural
2000	32.600	17.000	15.600	3.742	28.858
2010	31.646	16.381	15.265	6.282	25.364

**TABELA 1:** População do Município de Serra do Ramalho.

Fonte: PME de Serra do Ramalho (2015)

O município de Serra do Ramalho teve seu surgimento para abrigar pessoas atingidas pela barragem de Sobradinho, na ocasião, aglomerou povos atingidos por barragem de diferentes territórios, além de outras pessoas de várias partes do país, demarcando sua diversidade cultural.

Dentre a diversidade de atividades culturais do município podemos citar: a Festa de vaquejada, que acontece no mês de junho, organizada na sede do município e conta com a participação de vaqueiros da região e de vários estados; festas religiosas que acontecem em todo o município, em que cada agrovila e povoado celebra um padroeiro; Torneio leiteiro, que acontece anualmente no mês de junho na Agrovila 18, onde os produtores levam suas vacas para a competição do leite; Exposserra, nesse evento são expostos os produtos da agricultura familiar e os produtores de leite e criadores de ovinos, caprinos e equinos apresentam os seus rebanhos para serem vendidos ou para participarem de concurso; no artesanato, os produtos que se destacam são: o bordado, crochê, tricô, quadros de madeira, tapetes com sobras de tecidos, dentre outros.

O município de Serra do Ramalho teve seu surgimento marcado por um processo de construção, destruição e transformação de paisagens, lugares, pessoas e culturas, em que os ribeirinhos ao mesmo tempo em que “dava adeus às velhas cidades sanfranciscanas, traduzindo também um sentimento de repreensão à ousadia do homem em “desfazer” a natureza no que se inclui, não só fazer “o sertão virar mar”, mas, sobretudo, fazer “o mar virar sertão”” (ESTRELA, 2004, p.85), projetava para novos modos de existir, conviver com a natureza e o outro lugar, hoje marcado pela diversidade. Realizada esta contextualização, passamos agora a analisar a entrevista com a secretária<sup>1</sup> de educação do município de Serra do Ramalho

## A Educação do Campo no município de Serra do Ramalho

<sup>1</sup> Para preservar o nome da secretária, usamos apenas as letras iniciais de seu nome.

Esta seção se construiu a partir de entrevista realizada com a secretária de educação do município, a mesma foi realizada no mês de outubro de 2018, por meio de oito perguntas abertas acerca da Educação do Campo, das políticas públicas, o currículo da Educação do Campo, bem como os desafios da Educação do Campo no município de Serra do Ramalho.

Partindo da compreensão que a Educação do Campo tem como ponto de reivindicação a luta pelo direito à educação e por um projeto político pedagógico que reconheça e trabalhe a diversidade dos povos que constituem o campo, em específico, o município de Serra do Ramalho, iniciamos a entrevista semiestruturada com a secretaria municipal de educação, questionando o que ela sabia sobre Educação do Campo?

A Educação do Campo é uma educação formal que deve levar em consideração os aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos de uma população. Eu vejo que a Educação do Campo no passar dos anos vem aprimorando estudo sobre, porém ainda há muitas dificuldades nas questões dos profissionais da educação diferenciar o que trabalhar na educação do campo e o que trabalhar na cidade, porém a gente sabe que deve ser o mesmo conteúdo, porém com foco diferente (Secretária M.A.R.S.S., Entrevista concedida em 10/10/2018).

Neste aspecto, Caldart (2002) tem desenvolvido um amplo debate, no qual defende que a escola do/no campo representa tanto o direito de acesso das pessoas a educação no lugar onde moram, como também a importância de se ter um projeto educativo que respeite a participação das pessoas, suas culturas, formas de vida e necessidades. Um ponto bastante enfático, na fala da secretária M.A.R.S.S., é a visão de que a Educação do Campo deve considerar os aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos dos povos camponeses. Direito assegurado por meio da LDB nº 9.394/96 e das políticas para os sujeitos do campo, a exemplo do Decreto nº 7.352/2010, que define a escola do campo a partir dos sujeitos atendidos.

Neste sentido, podemos mencionar a LDB 9394/96, que no artigo 28 destaca a necessidade dos sistemas de ensino realizar adequações para atender as peculiaridades da vida rural de cada região em relação aos conteúdos curriculares, procedimento de ensino e organização curricular, tal postulado é reforçado na Resolução 01/2002 do Conselho Nacional de Educação,

Art.5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9394/96, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Parágrafo único. Para observância do estabelecido neste artigo, as propostas pedagógicas das escolas do campo, elaboradas no âmbito da autonomia dessas instituições, serão desenvolvidas e avaliadas sob a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a Educação Profissional de Nível Técnico (BRASIL, 2002, p. 23).

Podemos afirmar que a legislação educacional contribui para pensar a diversidade, o trato com a cultura, o currículo e os saberes necessários para a Educação do/no Campo. Neste viés, perguntamos a secretaria se ela conhece as políticas de Educação do Campo, ela nos responde:

As políticas de Educação do Campo eu conheço, mas não tenho aprofundado nessas políticas, acredito que em 2018 nós precisamos realmente pensar e repensar sobre as políticas de Educação do Campo até mesmo para ver a questão de quilombolas, indígenas que nós temos aqui no município de Serra do Ramalho. Nós somos praticamente 85% rural então essas políticas de Educação do Campo são necessárias que a gente realmente aprofunde e nós estamos nos preparando enquanto secretaria (Secretária M.A.R.S.S, Entrevista concedida em 10/10/2018).

A fala da secretária nos revela que o município de Serra do Ramalho é um espaço campestre, apresenta uma diversidade de povos, dos quais podemos ressaltar: quilombolas, indígenas, ribeirinhos e outros. Mas, que por outro lado, não se tem por parte da secretaria uma política para trabalhar essa característica do município, embora ela sinalize que precisa aprofundar e, reconhece esta lacuna.

A ausência de política de Educação do Campo, reconhecida na fala da secretária M.A.R.S.S é reflexo da negação que enfrenta o campo e, por outro lado, coloca em evidência que muito ainda precisa ser feito no sentido de assegurar as políticas já conquistada pela Educação do Campo no interior do estado. Ao ser questionada se existe uma proposta para a Educação do Campo no município de Serra do Ramalho, a secretaria responde:

A respeito da proposta de Educação do Campo em Serra do Ramalho ainda não existe. Temos objetivo de contratar alguém formado na área de Educação do Campo para que possamos aprofundar os nossos estudos e consequentemente trabalhar melhor as políticas de Educação do Campo (Secretária M.A.R.S.S, Entrevista concedida em 10/10/2018).

Ao apontar que tem objetivo de contratar um profissional com formação em Educação do Campo, a secretária de educação reconhece que no município não tem um trabalho voltado para este projeto de educação, situação complexa, se considerarmos a diversidade econômica, social e cultural de Serra do Ramalho. Assim, ao tencionar uma proposta para Educação do Campo é, preciso compreender que o campo é um espaço de vida, em que se realizam diferentes dimensões da existência humana (FERNANDES, 2008)



Neste sentido, Lima e Sá (2015) defendem que os sujeitos imersos em diversas comunidades já possuem muitos saberes acerca do funcionamento da sociedade e interagem em vários eventos que demandam atuação política e engajamento social, assim, o que se defende é uma formação que promova a emancipação dos sujeitos do campo. Para Lima e Sá,

(...) a Educação do Campo procura espaços articulados entre Estado e a sociedade civil organizada, apresentando avanços no processo de reconhecimento dos direitos dos povos do campo à Educação, como também impulsionando as buscas por práticas pedagógicas alternativas que contribuam, a partir das práticas já existentes, para a formação dos sujeitos do campo (LIMA; SÁ, 2015, p. 46).

Outro ponto também questionado na entrevista foi a respeito da dificuldade enfrentada pela Educação do Campo no município, como podemos acompanhar nos apontamentos da secretária,

A principal dificuldade é encontrar professores dentro da própria comunidade, que more na comunidade que respeite os costumes da comunidade. Por exemplo, na comunidade quilombola que temos registrada aqui, não temos professores efetivos, isso dificulta o trabalho de preservação da cultura. Os professores que trabalham não são quilombolas, então, a dificuldade é manter as raízes, manter os costumes daqueles povos. Os professores não têm formação específica e também não são moradores, não convivem dia a dia e eu entendo que na Educação do Campo é necessário para que se respeitem todas as políticas e os direitos que o homem do campo tem, que a criança do campo tem, é necessário que você realmente conheça, sem conhecer é impossível você trabalhar algo (Secretária M.A.R.S.S, Entrevista concedida em 10/10/2018).

A fala da secretária M.A.R.S.S coloca em evidência que o município de Serra do Ramalho não tem apresentado uma proposta que atenda a diversidade, como povos indígenas, comunidade quilombola e assegurar que professores efetivos atuem nessas comunidade. Outro aspecto também apontado diz respeito a formação de professores, que no município, os professores não têm formação específica para trabalhar um proposta que respeite a cultura e costumes da comunidade. Nesse ponto, Alencar (2010) denuncia que o professor da educação básica do campo faz parte de uma formação escolar que traz uma experiência de negação das singularidades dos grupos sociais, que uma vez excluídos como sujeitos de saberes, também não representam os conhecimentos construídos pela humanidade e, conclui “Ser professor do campo exige rever posições sobre a educação, a escola, o aluno (a), o currículo e a sua própria formação” (ALENCAR, 2010, p. 221).

Nesse sentido, Arroyo (2007) interroga as políticas de formação generalista, que pensa um protótipo profissional único para qualquer coletivo e aponta a necessidade de cursos específicos para educadores do campo. Os próprios movimentos como indígena, movimento

negro reivindicam formação que dêem conta de suas histórias e culturas. “Os coletivos vistos e tratados como inferiores em nossa história intelectual e cultural vêm afirmando suas memórias e culturas, seus saberes, valores, afirmando sua presença positiva na produção intelectual, cultural, artística e literária” (ARROYO, 2013, p. 41).

No município de Serra do Ramalho, os professores tiveram sua formação a partir de parceria com a Universidade do Estado da Bahia para formação de pedagogos e, uma parte significativa fez sua formação em faculdades privadas, por meio do ensino a distancia, dificultando assim, uma discussão sobre Educação do Campo e uma análise sobre o município, confirmando que não existe no município uma política de formação para educadores do campo.

Compreendendo esta conjuntura do município, foi questionando durante a entrevista: levando em consideração o município de Serra do Ramalho, na sua concepção, que aspectos devem ser contemplados numa proposta de formação para educadores das escolas do campo?

Deve levar em consideração os aspectos culturais,. Eu vejo também que é necessário levar em consideração a cultura de cada comunidade, ver, por exemplo, uma proposta de educação do campo é necessária que leve em consideração as comunidades quilombolas, as comunidades ribeirinhas, as comunidades do pé de serra que são extrativistas e também da margem do rio, devemos levar em consideração a tribo indígena que nós temos aqui no município. Fazer com que essa proposta contemple tudo isso, leve em consideração todos esses aspectos políticos e culturais da comunidade (Secretária M.A.R.S.S, Entrevista concedida em 10/10/2018).

A fala da secretária M.A.R.S.S coloca em evidência a diversidade de povos que existe em Serra do Ramalho, apresenta também que uma proposta de formação para professores no município precisa dar conta dessa diversidade. Nesse sentido, Moreira e Candau (2008, p. 35-36) defendem que “A escola precisa, assim, acolher, criticar e colocar em contato diferentes saberes, diferentes manifestações culturais e diferentes óticas. A contemporaneidade requer culturas que se misturem e ressoem mutuamente, que convivam e se modifiquem”.

Nesse aspecto, a secretária aponta os principais desafios a serem enfrentados pela Educação do Campo no município,

Acredito que um dos principais desafios é a logística do município. O município é atípico, muito difícil de ser visitado. As escolas ficam muito distantes umas das outras. As comunidades são bastante diferentes. Nós temos também a questão da cultura das comunidades que às vezes uma comunidade que diferencia uma da outra por um quilômetro tem cultura totalmente diferente e não se aceita é muito difícil você trabalhar. Então são dificuldades que eu acredito que acaba desmotivando o professor a fazer um



excelente trabalho, como também eu vejo a formação do professor na área específica para Educação do Campo é uma grande necessidade por que nem um de nós somos capazes de fazer um bom trabalho se nós não temos conhecimento da parte científica. É necessário conhecer para fazer bem, ninguém faz bem sem conhecer. E um grande desafio é fazer a formação de toda a nossa rede, tanto docente quanto pessoal de apoio (Secretária M.A.R.S.S., Entrevista concedida em 10/10/2018).

A fala da secretária M.A.R.S.S. aponta para a geografia do município, formado por povoados e agrovilas, distantes uns dos outros e marcado por cultura e costumes diferentes, tal situação, impõe o desafio pedagógico de assegurar uma formação de professores que atente para a diversidade. Traz também uma reflexão sobre a formação de professor que dê conta de trabalhar essa diversidade, pois sem que o professor tenha conhecimento, mais distante fica o trabalho com tal realidade.

Fechando a entrevista, a secretária M.A.R.S.S. aponta como deveria ser um currículo para a Educação do Campo no município de Serra do Ramalho,

Deve ser um currículo que não negue os direitos e os deveres de cada cidadão. Um currículo que contemple os aspectos culturais, os aspectos sociais e os aspectos políticos de todas as comunidades. Acredito que um currículo para o campo deve contemplar tudo isso, a parte histórica, na verdade a parte histórica mesma dos cidadãos. (...) Um currículo que contempla todos os direitos e deveres de uma criança, mas que foca, que tenha um foco para o homem do campo que ela conheça também a sua realidade para que ela possa se aceitar como ser humano como homem do campo, como pessoa que está vivendo ali daquilo que trabalha, então acredito que o currículo da educação do campo perpassa mais ou menos por esse viés (Secretária M.A.R.S.S., Entrevista concedida em 10/10/2018).

A visão de currículo apresentado pela secretária M.A.R.S.S. aponta um olhar cuidadoso para as formas de vida e o lugar dessas pessoas na história, principalmente, ao apontar que deve ser um currículo que não negue direitos e deveres, que contemple a cultura, o social e o político. Reflete também que deve ser um currículo que trabalhe a realidade para que o cidadão/ homem do campo se reconheça como tal. Uma vez que:

O currículo para as escolas do campo deve ter sua base na consideração do campo, suas populações, seu modo de vida e as necessidades de transformações sociais; na consideração da vida concreta do campo, da organização da cultura do campo, dos sujeitos que produzem a vida do campo, dos seus processos migratórios, seu modo de vida, da organização do trabalho e da produção agropecuária, das lutas organizadas dos camponeses (BRASIL, 2010, p. 193).

Assim sendo, um currículo da Educação do Campo deve expressar a compreensão do modo de vida do campo e, ao mesmo tempo em que traz a organicidade dos conhecimentos historicamente produzidos, seja capaz de expressar a diversidade do campo e a “compreensão e apreensão dos processos sociais, culturais, políticos e econômicos, que delimitam e influenciam a formação do ser humano capaz de interferir nos rumos da vida individual e coletiva, enfim, da história” (BRASIL, 2010, p. 194).

### Algumas Considerações

As discussões sobre a Educação do Campo nos últimos anos têm ganhado novos contornos, principalmente considerando os avanços legais dos quais podemos elencar a Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002 e a Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008, que instituem as Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo – e o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

Dessa forma, todo este aparato legal deixa espaço para discutir a Educação do Campo, a partir das conquistas deste projeto educativo. Assim, ao analisar como a Educação do Campo está organizada no município de Serra do Ramalho, procuramos apresentar a história, os aspectos culturais e discutir a Educação do Campo no município.

Assim sendo, evidenciamos nesse artigo que o município de Serra do Ramalho tem uma especificidade de campo e, há um reconhecimento por parte da secretária de educação da importância de incluir os diversos sujeitos do campo: ribeirinhos, quilombolas, indígenas, dentre outros, na proposta pedagógica do município, mas o município não apresenta uma política de oferta de Educação do Campo e, as principais dificuldades apontadas são: acompanhamento das escolas, formação de professores e um currículo que dê conta de discutir às especificidades do campo do município.

### REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. Educação do campo e a formação de professores: construção de uma política educacional para o campo brasileiro. **Ci. & Tróp.**, Recife, v.34, n. 2, p.207-226, 2010

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel G.; NOSELLA, Paola. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 13 ed. São Paulo, Cortez, 2007.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Cadernos Didáticos sobre educação no campo/UFBA**. Salvador, 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB 01/2002, de 03 de abril de 2002, Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: MEC/CNE/CEB. (Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002, Seção 1, p. 32), 2002. Disponível em: [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_educ\\_campo.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf)

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge, CERIOLI, Paulo Ricardo, CALDART, Roseli Salete (Orgs). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2002.

ESTRELA, Ely Souza. **Três felicidades e um desengano: a experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho – BA**. 2004. Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Salvador.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do campo e território camponês no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação do Campo: campo, políticas públicas, educação**. Brasília: INCRA/MDA, 2008.

LIMA, Leila Britto de Amorim; SÁ, Carolina Figueiredo de. Educação do campo e ciclo de alfabetização: diversidade de experiências e modos de organização curricular. In. Brasil. MEC. Secretaria de Educação Básica-SEB. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Caderno 1. Brasília: MEC, SEB, 2015.

SOUZA, Shirley Pimentel de. **Educação escolar quilombola: as pedagogias quilombolas na construção curricular**. 112f. 2015. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2015.

SERRA DO RAMALHO. **Lei nº 375**. 18 de agosto de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação (PME) do município de Serra do Ramalho – Bahia, e dá outras providências. Disponível em <http://serradoramalho.ba.gov.br/>, acessado em 10 de novembro de 2018.